

Políticas de Permanência e Justiça Educacional: Impactos das Bolsas de Manutenção na Trajetória de Jovens e Adultos nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Enelicio Gonçalves Lucas

Resumo

No horizonte das políticas de permanência voltadas à Educação de Jovens e Adultos, investiga-se como bolsas de manutenção reorientam trajetórias escolares nos anos finais do Ensino Fundamental, tensionando desigualdades históricas de acesso, frequência e conclusão. Delimita-se como objetivo geral analisar, à luz da justiça educacional, em que medida o benefício financeiro, quando articulado a mediações pedagógicas e apoios intersetoriais, favorece continuidade de estudos, diminui abandono e amplia condições de aprendizagem. Justifica-se a investigação por registrar recorrência de interrupções escolares motivadas por trabalho precário, cuidado familiar e custos indiretos da escolarização; diante disso, compreender arranjos de proteção social que sustentam a presença do estudante em sala torna-se estratégico para redes municipais e estaduais. Adota-se metodologia bibliográfica, com revisão narrativa de publicações nacionais e internacionais recentes, categorizadas em três eixos analíticos: permanência estudantil, justiça educacional e programas de transferência condicionada ou não condicionada voltados à escolarização de jovens e adultos. Resultados da literatura consultada apontam incremento de frequência, redução de evasão e melhora autodeclarada de engajamento, condicionados a valor do benefício, previsibilidade do repasse, desenho de critérios e acoplamento com acolhimento socioeducativo; emergem, igualmente, riscos de focalização estreita, estigmatização e trâmites burocráticos que retardam efeitos esperados. Conclui-se que bolsas de manutenção, quando integradas a tutoria, flexibilização de horários e serviços de proteção social, produzem ganhos educacionais sustentáveis, recomendando-se monitoramento público transparente e pactuação local de indicadores de acompanhamento.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Permanência estudantil; Justiça educacional.



Recebido em: junho. 2025. Aceito em: outubro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.722

Constelações do Presente: Coletânea Multitemática de Pesquisa

Novembro, 2025, v. 3, n. 33

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Permanence and Educational Justice Policies: Impacts of Maintenance Grants on the Trajectory of Youth and Adults in the Final Years of Elementary School

Abstract

Within the horizon of permanence policies directed toward Youth and Adult Education, this study investigates how maintenance grants reshape school trajectories in the final years of Elementary Education, confronting historical inequalities in access, attendance, and completion. The general objective is to analyze, from the perspective of educational justice, the extent to which financial benefits—when articulated with pedagogical mediation and intersectoral support—promote continuity of studies, reduce dropout rates, and expand learning conditions. The research is justified by the recurrence of school interruptions caused by precarious work, family responsibilities, and indirect schooling costs; therefore, understanding social protection arrangements that sustain student participation becomes strategic for municipal and state education systems. The methodology is bibliographical, based on a narrative review of recent national and international publications organized into three analytical axes: student permanence, educational justice, and conditional or unconditional transfer programs focused on youth and adult education. The results indicate an increase in attendance, a reduction in dropout, and self-reported improvement in engagement, all dependent on grant value, predictability of disbursement, eligibility design, and integration with socio-educational support. However, the literature also reveals risks of narrow targeting, stigmatization, and bureaucratic delays that weaken expected outcomes. It is concluded that maintenance grants, when integrated with tutoring, flexible schedules, and social protection services, generate sustainable educational gains, recommending transparent monitoring and local agreements on follow-up indicators.

Keywords: Youth and Adult Education; Student permanence; Educational justice.

Políticas de Permanencia y Justicia Educativa: impactos de las becas de manutención en la trayectoria de jóvenes y adultos en los últimos años de la Escuela Primaria

Resumen

En el horizonte de las políticas de permanencia dirigidas a la Educación de Jóvenes y Adultos, la investigación analiza cómo las becas de mantenimiento reconfiguran las trayectorias escolares en los últimos años de la Educación Primaria, enfrentando desigualdades históricas de acceso, asistencia y finalización. Se establece como objetivo general examinar, desde la perspectiva de la justicia educativa, en qué medida el beneficio económico, cuando se articula con mediaciones pedagógicas y apoyos intersectoriales, favorece la continuidad de los estudios, reduce la deserción y amplía las condiciones de aprendizaje. La justificación radica en la frecuencia de interrupciones escolares derivadas del trabajo precario, del cuidado familiar y de los costos indirectos de la escolarización; por ello, comprender los arreglos de protección social que sostienen la presencia del estudiante resulta estratégico para los sistemas educativos municipales y estatales. La metodología es bibliográfica, basada en una revisión narrativa de publicaciones recientes nacionales e internacionales organizadas en tres ejes analíticos: permanencia estudiantil, justicia educativa y programas de transferencia condicionada o no condicionada dirigidos a la escolarización de jóvenes y adultos. Los resultados indican aumento de la asistencia, disminución del abandono y mejora autodeclarada del compromiso, condicionados por el valor del beneficio, la previsibilidad del pago, el diseño de los criterios y la integración con apoyos socioeducativos. Sin embargo, la literatura revela riesgos de focalización limitada, estigmatización y demoras burocráticas que debilitan los efectos esperados. Se concluye que las becas de mantenimiento, cuando se integran con tutoría, horarios flexibles y servicios de protección social, generan avances educativos sostenibles, recomendándose el monitoreo público transparente y la concertación local de indicadores de seguimiento.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos; Permanencia estudiantil; Justicia educativa.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil traduz uma das expressões mais eloquentes do compromisso público com a democratização do conhecimento e com a reparação de trajetórias interrompidas. No contexto contemporâneo, marcado por desigualdades persistentes e por transformações aceleradas do mundo do trabalho, o retorno aos estudos tem se configurado como estratégia de resistência e reinvenção para sujeitos que carregam histórias de exclusão escolar.

A modalidade, inserida no campo da Educação Básica, direciona-se a pessoas que, por motivos diversos, não concluíram a escolarização na idade regular, e que encontram, na EJA, a possibilidade de reconstituir percursos formativos e reafirmar projetos de vida. Segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o acesso à educação constitui direito inalienável e condição para o exercício pleno da cidadania, o que implica reconhecer, na EJA, um espaço de justiça social e de redistribuição de oportunidades educativas.

Contudo, a materialização desse direito encontra limites em um cenário de desigualdade estrutural. A condição laboral precária, a instabilidade de renda, as longas jornadas de trabalho e a sobrecarga doméstica figuram entre os fatores que dificultam a permanência dos estudantes e comprometem a continuidade das aprendizagens. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) indicam que 6,6% da população com 15 anos ou mais permanece analfabeta, enquanto 11,4% convivem com o analfabetismo funcional, o que revela a persistência de barreiras históricas no acesso ao conhecimento letrado.

Estimativas nacionais apontam, ainda, que milhões de brasileiros não concluíram o Ensino Médio, o que reforça a urgência de políticas de permanência voltadas a jovens e adultos que buscam recompor sua trajetória educacional. Nesse panorama, as bolsas de manutenção emergem como instrumento decisivo para mitigar desigualdades e sustentar o vínculo dos estudantes com o ambiente escolar, favorecendo o aprendizado contínuo e o fortalecimento da autoestima.

Considerando a recorrência de evasões e interrupções no percurso formativo, a discussão sobre mecanismos de incentivo financeiro adquire relevância teórica e prática. O debate sobre permanência na EJA deve ser compreendido para além da dimensão assistencial, pois envolve o reconhecimento do estudante como sujeito de direitos, cuja trajetória exige condições concretas para o exercício do aprender.

A concessão de bolsas de manutenção, nesse sentido, ultrapassa o campo econômico, convertendo-se em medida de valorização simbólica e em afirmação da dignidade social dos que persistem na busca pelo conhecimento. Trata-se de compreender a política de manutenção como estratégia que articula inclusão, redistribuição e reconhecimento, na perspectiva defendida por teóricos da justiça educacional, que veem na igualdade de condições de aprendizagem uma expressão substantiva da cidadania.

Com base nesse horizonte, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os impactos das bolsas de manutenção sobre a trajetória escolar de jovens e adultos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, enfatizando o modo como o benefício influencia a permanência e o engajamento desses estudantes.

A investigação propõe-se a examinar como a dimensão financeira, quando articulada ao acompanhamento pedagógico e às redes de proteção social, potencializa a continuidade dos estudos e fortalece vínculos comunitários. Busca-se, assim, compreender se a política de manutenção, implementada em diferentes municípios brasileiros, tem contribuído para reduzir desigualdades de permanência e para construir uma cultura educacional mais inclusiva e solidária.

A estrutura do artigo organiza-se em três partes interdependentes. A primeira apresenta uma revisão conceitual sobre a EJA e as políticas de permanência, destacando a relação entre direito à educação e justiça social. A segunda desenvolve a análise das experiências e dos resultados observados em iniciativas de concessão de bolsas de manutenção, discutindo evidências empíricas provenientes de estudos recentes.

Por fim, a terceira parte concentra-se nas considerações interpretativas e propositivas, nas quais se refletem os desafios e as possibilidades de aprimoramento das políticas públicas voltadas à permanência dos estudantes da

EJA. Conclui-se o texto reafirmando a importância de compreender a permanência educacional como expressão de compromisso coletivo e de reconstrução de cidadanias interrompidas.

REVISÃO CONCEITUAL SOBRE A EJA

A Educação de Jovens e Adultos constitui um campo em constante disputa simbólica e política, na medida em que se insere em um território de reparação histórica e de redistribuição de oportunidades formativas. A modalidade foi consolidada como direito na Constituição Federal de 1988 e reafirmada pela LDB nº 9.394/1996, reconhecendo o dever estatal de ofertar ensino gratuito e de qualidade a todos que não concluíram a escolarização em idade regular. A diretriz não se limita ao acesso, mas implica a construção de condições materiais e pedagógicas que assegurem a permanência dos estudantes, compreendendo a educação como bem público e instrumento de transformação social.

Ao longo das últimas décadas, a EJA foi tensionada por reformas estruturais e por oscilações nas políticas públicas que alternaram entre perspectivas compensatórias e emancipadoras. As diretrizes curriculares nacionais, revisadas em 2000, reforçaram a necessidade de um currículo sensível às trajetórias de vida dos sujeitos e aos contextos socioculturais de inserção (Brasil, 2000). Ainda assim, persistem lacunas quanto à valorização da modalidade, à precarização da oferta e ao reconhecimento dos saberes construídos fora da escola.

Sob a ótica da justiça educacional, a EJA representa um campo em que desigualdades acumuladas se entrelaçam com novos mecanismos de exclusão, exigindo políticas redistributivas e de reconhecimento (Fraser, 2009). A concepção de justiça, neste contexto, desloca-se da igualdade formal para a equidade substantiva, isto é, para a garantia de condições que viabilizem o aprender em contextos desiguais. A abordagem amplia a compreensão da educação como direito social e cultural, cuja efetividade depende da correlação entre financiamento, acolhimento e escuta ativa das experiências dos sujeitos.

A análise das políticas de permanência deve considerar que o acesso sem sustentação material não assegura continuidade. A concessão de bolsas de manutenção, ao dialogar com a justiça redistributiva, procura compensar desigualdades estruturais de origem socioeconômica. No entanto, a efetividade dessas medidas depende da integração entre apoio financeiro, acompanhamento pedagógico e valorização da trajetória de cada estudante (Arroyo, 2017). A integração configura um ambiente de pertencimento, em que o vínculo escolar se fortalece pela combinação de reconhecimento simbólico e incentivo material.

Com efeito, as políticas de permanência têm assumido papel central na construção de estratégias que minimizem a evasão. Programas municipais e estaduais têm buscado instituir auxílios financeiros vinculados à frequência e ao desempenho, embora ainda enfrentem dificuldades de alcance e de gestão. A literatura especializada indica que o impacto positivo das bolsas ocorre quando os estudantes percebem estabilidade e clareza nos critérios de concessão, o que evita desmotivação e abandono (Di Pierro, 2019).

A trajetória da EJA revela que a permanência não se sustenta unicamente por incentivos econômicos, mas pelo reconhecimento da dignidade de aprender ao longo da vida. O sentido de pertencimento e o acolhimento pedagógico figuram entre os principais fatores de continuidade, pois reconfiguram a relação dos sujeitos com o conhecimento e com a instituição escolar (Freire, 1996). A dimensão humana do processo educativo reafirma a importância de políticas que transcendam a lógica assistencial, apostando em práticas emancipatórias e dialógicas.

Convém salientar que o direito à educação, compreendido em sua totalidade, articula-se a uma concepção ampliada de cidadania. As políticas de permanência, ao se inscreverem nesse horizonte, tornam-se expressões de justiça social e de compromisso coletivo com a igualdade de oportunidades. Elas sinalizam a responsabilidade compartilhada entre Estado, escola e sociedade na criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e sustentáveis (Cury, 2021).

Em muitos contextos municipais, observa-se que a permanência na EJA depende de articulações intersetoriais entre educação, assistência social e trabalho. A interdependência entre políticas públicas demonstra que o êxito

educacional decorre da convergência entre diferentes esferas de proteção social. A transferência de renda, quando associada a políticas de empregabilidade e de formação profissional, potencializa os efeitos das bolsas sobre a continuidade dos estudos (Haddad; Di Pierro, 2000).

Quadro 1. Principais conceitos sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) abordados na seção de desenvolvimento

Autor(a) e Ano	Conceito central	Descrição sintetizada
Freire (1996)	Educação como prática de liberdade	A EJA constitui espaço de emancipação e diálogo, no qual o aprender se articula à leitura crítica do mundo e à valorização das experiências de vida dos educandos.
Arroyo (2017)	Permanência vinculada à dignidade e ao pertencimento	A continuidade dos estudos depende da construção de vínculos simbólicos e afetivos, em que o estudante se reconhece como sujeito de direitos e produtor de conhecimento.
Fraser (2009)	Justiça educacional: redistribuição e reconhecimento	A efetivação do direito à educação exige políticas que corrijam desigualdades materiais e valorizem identidades e saberes dos sujeitos da EJA, ampliando a noção de equidade.
Cury (2021)	Direito à educação como dimensão de cidadania	O direito educacional ultrapassa o acesso e requer condições materiais e pedagógicas para a permanência, reafirmando a educação como bem público e expressão da justiça social.
Haddad e Di Pierro (2000)	Intersetorialidade nas políticas de permanência	A consolidação da EJA depende da articulação entre educação, assistência social e trabalho, assegurando suporte material e reconhecimento simbólico aos estudantes.
Brasil (2000)	Diretrizes Curriculares da EJA e valorização das trajetórias	O currículo da EJA deve dialogar com os contextos socioculturais dos sujeitos, reconhecendo suas experiências e ajustando os processos formativos às especificidades de cada trajetória.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O debate contemporâneo sobre justiça educacional tem ampliado a compreensão das políticas de permanência como práticas de redistribuição e de reconhecimento. A redistribuição refere-se à correção das desigualdades materiais, enquanto o reconhecimento envolve o respeito às identidades,

histórias e saberes dos estudantes. Ambas as dimensões convergem para a construção de um projeto educativo comprometido com a dignidade e a autonomia dos sujeitos (Fraser, 2009).

A efetivação do direito à educação exige, portanto, uma abordagem sistêmica e contínua, que inclua mecanismos de acompanhamento e avaliação participativa. O investimento em políticas de permanência deve ser visto como investimento social, não como custo administrativo. Somente por meio de iniciativas que combinem recursos materiais, mediações pedagógicas e condições emocionais de acolhimento será possível consolidar a EJA como espaço de justiça educacional e de reconstrução de trajetórias interrompidas.

A permanência dos estudantes jovens e adultos, por fim, não se resume a estar na escola, mas a sentir-se parte dela. A trajetória de cada sujeito reflete um percurso de resistência e de reencantamento com o aprender. O fortalecimento das políticas de manutenção, aliado à escuta sensível e à valorização das experiências acumuladas, poderá sustentar uma cultura educacional mais humana e mais comprometida com a transformação social.

INICIATIVAS DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE MANUTENÇÃO

A análise das experiências de concessão de bolsas de manutenção na Educação de Jovens e Adultos permite compreender de que modo políticas redistributivas se materializam em práticas de permanência escolar. Iniciativas implementadas em redes municipais e estaduais brasileiras demonstram que a transferência de renda vinculada à frequência tem potencial para reduzir a evasão, fortalecer vínculos e consolidar trajetórias formativas. A literatura recente indica que os resultados positivos emergem quando a gestão local alia o incentivo financeiro ao acompanhamento pedagógico e à escuta ativa das necessidades dos estudantes.

Observa-se, entretanto, que o impacto das bolsas depende da previsibilidade orçamentária e da clareza dos critérios de elegibilidade. Pesquisas realizadas em municípios do Nordeste e Sudeste apontam que atrasos nos repasses e inconsistências nos cadastros podem gerar

desmotivação e abandono, enfraquecendo o sentido formativo da política (Di Pierro, 2019).

A experiência mostra que o incentivo financeiro, quando isolado de medidas pedagógicas e intersetoriais, tende a produzir resultados temporários e limitados, o que reforça a necessidade de integração entre diferentes dimensões do direito à educação.

Experiências documentadas em programas como o Bolsa Família e o Bolsa Permanência apresentam indícios de que a vinculação entre renda e escolarização repercute positivamente na frequência e no desempenho dos estudantes adultos. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), a redistribuição de recursos econômicos atua como instrumento de reparação social, desde que acompanhada de mecanismos de acolhimento e de políticas de inclusão produtiva. A análise desses programas revela que o benefício monetário precisa ser interpretado como componente de um sistema mais amplo de proteção social e não como solução isolada para a desigualdade educacional.

Ao observar contextos internacionais, experiências em países da América Latina, como México e Chile, reforçam a relevância das políticas de manutenção na mitigação da evasão em cursos equivalentes à EJA. Fraser (2009) argumenta que políticas distributivas somente produzem justiça quando articuladas a reconhecimento e representação, o que implica assegurar que os estudantes tenham voz nos processos decisórios que afetam sua trajetória. Esse princípio ético-político orienta a construção de políticas sensíveis às especificidades regionais e culturais.

A produção acadêmica brasileira mais recente tem destacado a centralidade das bolsas de manutenção como estratégia para equilibrar o tempo de trabalho e o tempo de estudo. Arroyo (2017) observa que muitos estudantes da EJA permanecem em situação de vulnerabilidade laboral, com rendas inferiores ao salário mínimo e responsabilidades familiares cumulativas. Nesses casos, o auxílio financeiro assume caráter simbólico, representando reconhecimento social da luta pela escolarização e reforçando o sentido de pertencimento à comunidade escolar.

Em experiências analisadas por Silva e Oliveira (2020), programas municipais de bolsas de estudo apresentaram aumento médio de 25% na taxa

de permanência, quando associados a acompanhamento psicopedagógico e reforço escolar. Os resultados demonstram que a permanência depende da articulação entre fatores econômicos e pedagógicos. A sustentabilidade da política, segundo os autores, decorre da capacidade da escola de criar um ambiente de confiança e de corresponsabilidade.

A literatura especializada também evidencia que a distribuição de bolsas sem monitoramento contínuo tende a reforçar desigualdades internas. Cury (2021) destaca que a justiça educacional requer equilíbrio entre universalização e focalização, garantindo que o benefício alcance quem mais necessita sem criar barreiras burocráticas. A transparência dos processos de seleção e o controle social figuram como condições de legitimidade e de eficácia pública.

Em experiências de municípios fluminenses, como Saquarema, a concessão de bolsas de manutenção foi associada à queda expressiva nas taxas de evasão e à ampliação do número de concluintes do Ensino Fundamental.

Dados de relatórios locais analisados por Almeida e Santos (2025) indicam que políticas, implementada com base em critérios socioeconômicos claros, podem assegurar a presença contínua de estudantes anteriormente em situação de abandono. A regularidade dos pagamentos e o acompanhamento da frequência revelaram-se fatores decisivos para a permanência.

Convém ressaltar que o impacto das bolsas transcende o campo individual e alcança o coletivo, ao promover redes de solidariedade e fortalecer a identidade dos grupos participantes. Freire (1996) sustenta que a educação se transforma em processo libertador quando os sujeitos percebem sentido naquilo que estudam e reconhecem sua potência para modificar a realidade. O incentivo econômico, nesse sentido, não se reduz a uma transferência de recursos, mas representa um gesto político de reconhecimento e valorização do ato de aprender.

De modo complementar, os estudos sobre políticas de permanência enfatizam a importância do acompanhamento pedagógico como instrumento de continuidade. Programas que articulam tutoria, assistência psicossocial e apoio didático apresentaram resultados mais consistentes em termos de desempenho e permanência. A presença constante de educadores sensíveis às realidades

dos estudantes amplia a confiança e o engajamento, fortalecendo o vínculo entre aprendizado e vida cotidiana.

Imagem 1. Infográfico sobre as iniciativas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise comparativa das experiências municipais e estaduais sugere que a institucionalização das bolsas de manutenção requer planejamento de longo prazo e integração intersetorial. Quando a política é tratada como programa transitório, seus efeitos tendem a se dissipar após o encerramento do financiamento.

Haddad e Di Pierro (2000) afirmam que a permanência exige continuidade administrativa e compromisso ético das gestões públicas, sob pena

de se converter em ação fragmentada. A consolidação dessa política depende, portanto, de coerência institucional e de monitoramento participativo.

A consolidação de políticas de manutenção na EJA, ao articular redistribuição e reconhecimento, traduz a materialização da justiça educacional no cotidiano escolar. A experiência brasileira mostra que a permanência dos estudantes adultos requer uma teia de suportes simbólicos e materiais que incluam incentivo financeiro, diálogo pedagógico e visibilidade social.

Fraser (2009) reforça que a justiça se concretiza quando a sociedade reconhece as desigualdades e atua coletivamente para corrigi-las, garantindo que todos tenham condições reais de aprender.

Por fim, as evidências empíricas analisadas demonstram que as bolsas de manutenção, quando acompanhadas de políticas pedagógicas e sociais consistentes, contribuem de modo significativo para a permanência e para o sucesso escolar dos jovens e adultos. As experiências municipais confirmam que o direito à educação precisa ser sustentado por políticas que respeitem as trajetórias individuais e assegurem as condições concretas para sua continuidade. Logo, a articulação entre redistribuição econômica e reconhecimento simbólico constitui o caminho mais promissor para a consolidação da justiça educacional no âmbito da EJA.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O aprimoramento das políticas públicas voltadas à permanência de estudantes da Educação de Jovens e Adultos demanda reflexão contínua sobre as condições objetivas e subjetivas que sustentam a experiência educativa. A permanência, compreendida como dimensão constitutiva do direito à educação, ultrapassa o simples acesso e envolve a garantia de tempo, espaço e reconhecimento social para o aprendiz. A análise interpretativa das políticas de manutenção revela que a sustentabilidade dessas ações depende da articulação entre financiamento público, mediação pedagógica e acolhimento comunitário, de modo que a permanência não se converta em ato burocrático, mas em processo emancipador.

A interpretação dos dados empíricos e das experiências municipais permite constatar avanços e limitações que delineiam o horizonte das políticas de permanência. As iniciativas bem-sucedidas foram aquelas que integraram incentivos financeiros, acompanhamento pedagógico e políticas intersetoriais de assistência social. Entretanto, a persistência de disfunções administrativas, como atrasos em repasses e ausência de avaliação sistemática, reduz o alcance das ações e fragiliza a confiança dos beneficiários (Di Pierro, 2019). A análise sugere, portanto, que a gestão da EJA deve ser fortalecida por instrumentos de monitoramento contínuo e por formação técnica das equipes envolvidas na execução dos programas.

Ao se projetar caminhos para o aprimoramento, torna-se imprescindível reconhecer que o sucesso das políticas de permanência depende de sua ancoragem em princípios de justiça educacional. Fraser (2009) propõe compreender a justiça como combinação entre redistribuição e reconhecimento, o que implica integrar políticas materiais e simbólicas no mesmo campo de ação. A transferência de renda, quando isolada, alcança apenas parte do problema, pois a exclusão educacional envolve dimensões culturais, linguísticas e afetivas que precisam ser acolhidas pela escola.

Sob essa perspectiva, a formulação de políticas voltadas à EJA requer escuta das comunidades escolares e construção participativa de critérios de elegibilidade. Arroyo (2017) defende que a dignidade do educando deve ser o eixo das decisões públicas, evitando práticas que reforcem estigmas ou produzam dependência. As políticas de manutenção precisam traduzir confiança social no estudante adulto, valorizando sua história e sua busca por aprendizagem tardia, sem reduzir o benefício a mero instrumento assistencial.

A complexidade do público atendido pela EJA reforça a necessidade de que as políticas de permanência assumam caráter flexível e contextualizado. Cury (2021) argumenta que o direito à educação só se realiza plenamente quando os sujeitos encontram condições materiais compatíveis com sua realidade cotidiana. Nesse sentido, é imprescindível repensar calendários, horários e metodologias, permitindo que o processo formativo dialogue com o tempo do trabalho e da vida comunitária. Essa adequação favorece a

permanência e a autovalorização dos estudantes, fortalecendo o vínculo entre escola e território.

Em diferentes regiões do país, observa-se que as iniciativas mais duradouras foram aquelas que se institucionalizaram no planejamento das redes de ensino. A inserção das bolsas de manutenção em planos plurianuais de governo e em legislações locais garante continuidade administrativa e impede rupturas entre gestões (Haddad; Di Pierro, 2000). A experiência demonstra que programas sustentáveis resultam de pactos intergovernamentais que articulam educação, assistência social, cultura e trabalho, estabelecendo fluxos estáveis de acompanhamento e avaliação.

A reflexão sobre os desafios atuais indica que a ausência de indicadores nacionais de permanência limita a mensuração dos impactos das bolsas. Costa (2022) enfatiza que a produção de dados integrados entre municípios e estados contribuiria para o aperfeiçoamento das políticas, permitindo comparações e ajustes contínuos. Essa carência de instrumentos de avaliação torna difícil aferir o alcance real das ações e compromete o debate público sobre sua efetividade.

Outro aspecto interpretativo relevante refere-se à formação dos profissionais envolvidos na gestão das políticas. A capacitação de gestores, professores e técnicos administrativos fortalece o planejamento e assegura coerência entre concepção e prática. Freire (1996) recorda que a coerência ética do educador se manifesta no reconhecimento do outro como sujeito de saber. Ao aplicar esse princípio às políticas de permanência, compreende-se que o diálogo e a escuta ativa devem orientar cada etapa da execução.

Os desafios contemporâneos exigem, ainda, uma ampliação do conceito de permanência, deslocando-o do campo econômico para uma dimensão ampliada de cidadania. A permanência efetiva pressupõe políticas de valorização da cultura local, de incentivo à leitura e de inclusão digital, aspectos que ampliam o acesso ao conhecimento e fortalecem o pertencimento. O estudante da EJA, ao permanecer, não apenas conclui etapas formais de ensino, mas reconstrói sua identidade como sujeito de saber e de direitos.

Sob um olhar propositivo, as políticas de manutenção poderiam ser articuladas a programas de formação profissional e empreendedorismo social. Essa integração ampliaria o impacto do benefício financeiro e estimularia

trajetórias de autonomia econômica, reduzindo o risco de evasão por necessidade de renda. Fraser (2009) sugere que o reconhecimento das múltiplas dimensões da desigualdade exige abordagens interdependentes, nas quais o Estado e a sociedade compartilham responsabilidades.

Convém destacar que o aprimoramento das políticas de permanência requer transparência, participação e descentralização das decisões. A criação de conselhos locais e fóruns intersetoriais amplia o controle social e legitima as políticas perante os beneficiários. Haddad e Di Pierro (2000) ressaltam que a permanência se constrói quando o estudante percebe coerência entre o discurso público e a prática institucional, o que reforça sua confiança no poder transformador da escola.

Ao final, a reflexão interpretativa conduz à compreensão de que as políticas de manutenção devem ser concebidas como investimento social e cultural, e não como gasto assistencial. O fortalecimento da EJA depende de políticas que aliem transferência de renda, diálogo pedagógico e reconhecimento das trajetórias humanas. Somente quando as ações públicas se orientarem por princípios de justiça, corresponsabilidade e continuidade, a permanência educacional se tornará uma realidade estável e emancipadora.

METODOLOGIA

A investigação adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, construída a partir da análise interpretativa de estudos e documentos oficiais que tratam das políticas de permanência na Educação de Jovens e Adultos. A opção metodológica orienta-se pela revisão narrativa, que privilegia a compreensão do fenômeno em sua complexidade social, histórica e política. Foram examinadas produções acadêmicas, legislações e relatórios técnicos publicados entre 2000 e 2024, selecionados segundo critérios de relevância temática, atualidade e pertinência teórica, de modo a compor um corpus analítico representativo das experiências de concessão de bolsas de manutenção.

O percurso metodológico compreendeu leitura exploratória, categorização e análise interpretativa, com base em eixos previamente definidos: permanência estudantil, justiça educacional e políticas redistributivas. A triangulação de fontes

possibilitou a identificação de convergências e divergências nas abordagens teóricas e empíricas, favorecendo a formulação de inferências sobre impactos e limitações das políticas investigadas. O estudo pauta-se em rigor ético e no compromisso de valorizar a produção científica existente, articulando o exame das evidências empíricas com referenciais que sustentam o direito à educação como bem público e condição para a emancipação cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações derivadas da revisão bibliográfica apontam que bolsas de manutenção, quando articuladas a mediações pedagógicas e apoios intersetoriais, tendem a favorecer frequência regular, continuidade de estudos e confiança institucional. Evidências reunidas sugerem que previsibilidade de repasses, critérios transparentes e acompanhamento próximo funcionam como vetores de pertencimento acadêmico, reduzindo a sensação de isolamento e fortalecendo a autoestima de jovens e adultos que retornam ao percurso formativo.

Ao mesmo tempo, emergem limites que pedem correções de rota. A focalização estreita, a burocratização de cadastros e a ausência de indicadores padronizados restringem o alcance de resultados, sobretudo em contextos com precarização laboral acentuada. Para mitigar esses entraves, convém institucionalizar avaliações periódicas, com divulgação pública de metas e métricas de permanência, de modo a permitir ajustes tempestivos e pactuações locais mais sólidas.

A leitura comparada de experiências municipais e estaduais autoriza proposições proativas. Recomenda-se inserir as bolsas em marcos normativos plurianuais, com garantias orçamentárias e governança que envolva educação, assistência social e trabalho. Acrescenta-se a necessidade de tutoria acadêmica, flexibilização de horários e acesso a serviços de cuidado, medidas que ampliam a chance de conciliação entre estudo, emprego e responsabilidades familiares.

Portanto, para consolidar justiça educacional no cotidiano da EJA, convém adensar políticas culturais e de letramento digital, fortalecendo bibliotecas escolares, clubes de leitura e laboratórios de tecnologias assistivas.

Tais estratégias conferem sentido ao estudo, ao mesmo tempo em que valorizam saberes de origem comunitária. A escola, nesse arranjo, atua como mediadora de oportunidades e como espaço de reconhecimento simbólico das trajetórias interrompidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ian Dias Veloso; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. Eleições e despesas de capital em Saquarema: o RCPG impacta no jogo da legitimidade do gestor público?. **Revista de Administração e Contabilidade da UNIFAT**, v. 17, n. 1, 2025.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. Brasília, DF: MEC, 2000.

CONCEIÇÃO, Patrícia Rodrigues da. **Educação de jovens e adultos (EJA) e os desafios de oferta, acesso e permanência do alunado: um estudo de caso em uma escola municipal de Salvador – BA entre os anos de 2014-2024**. 2025. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2025.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 7-27, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua: Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.